



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROCESSOS FORMATIVOS E DESIGUALDADES SOCIAIS

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE SELEÇÃO - MESTRADO

Em VAGAS E CANDIDATOS:

Onde se lê “I.1. Serão oferecidas 30 vagas para o Curso de Mestrado, destinadas a portadores de diploma de Mestrado”, **leia-se** “I.1. Serão oferecidas 30 vagas para o Curso de Mestrado, destinadas a portadores de diploma de Graduação”.

Em CRONOGRAMA:

Onde se lê:

Resultado do Recurso da Análise Socioeconômica da Documentação Comprobatória (cotistas)	17/11/2024	Site www.ppgedu.org
---	------------	---

Leia-se:

Resultado do Recurso da Análise Socioeconômica da Documentação Comprobatória (cotistas)	21/11/2024	Site www.ppgedu.org
---	-------------------	---

Onde se lê:

Solicitações de Isenção de Taxa de Inscrição	15/06/2024 a 1º/07/2024	Site https://www.cepuerj.uerj.br/
--	-------------------------	--

Leia-se:

Solicitações de Isenção de Taxa de Inscrição	15/06/2024 a 1º/07/2024	Site www.ppgedu.org
--	-------------------------	---

OBS: Sobre as Solicitações de Isenção de Taxa de Inscrição, acrescentamos que:

Poderá solicitar isenção da taxa de inscrição no processo seletivo o/a candidato/a inscrito no CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, conforme segue:

O/a candidato/a inscrito/a no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) deve apresentar o extrato com o Número de Identificação Social (NIS) atualizado do mês anterior ou do mês em vigência, obtido nos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) das Prefeituras Municipais ou setor responsável no município de origem.

Na hipótese de constatação de qualquer declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo ou terá sua matrícula cancelada, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, estando sujeito às sanções penais previstas no Decreto-Lei nº 2848/1940 - Código Penal (artigos 171 e 299), administrativas (nulidade da matrícula, dentre outros) e civis (reparação ao erário).